

**ANALISTA DO MPU – DIREITO (PÓS-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

**3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodificil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2501305979M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

2º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Ministério Público da União  
MPU

**CARGO:**

Analista do MPU – Direito

**MODELO/BANCA:**

FGV

**EDITAL:**

Pós-Edital

**DATA DE APLICAÇÃO:**

2/2025

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

2/2025

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

**MPU – 2º SIMULADO – CARGO: A07 –  
ANALISTA DO MPU – DIREITO (PÓS-EDITAL)****Língua Portuguesa****Letícia Bastos****1**

"Embora enfrentando dificuldades, a equipe manteve o foco e entregou o projeto no prazo." A ideia central expressa no texto é:

- (A) A superação de adversidades só é possível com planejamento adequado.
- (B) O prazo do projeto foi ajustado devido às dificuldades enfrentadas.
- (C) A equipe não conseguiu superar todas as dificuldades apresentadas.
- (D) O projeto foi entregue fora do prazo, mas com alta qualidade.
- (E) Apesar das dificuldades, a equipe cumpriu o prazo estipulado para o projeto.

**2**

"A inovação não está apenas em criar algo novo, mas em encontrar novos significados para o que já existe." A partir do texto, é correto afirmar que:

- (A) A criação de algo novo é o único caminho para a inovação verdadeira.
- (B) A inovação ocorre quando o novo substitui completamente o antigo.
- (C) Inovação também envolve ressignificar elementos já existentes.
- (D) O processo de inovação é exclusivamente técnico e voltado para invenções.
- (E) A inovação exige a superação total de conceitos anteriores.

**3**

"A liderança eficaz não se baseia em controle, mas em influência e inspiração." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) A liderança eficaz requer o controle absoluto das situações.
- (B) A liderança eficaz está relacionada à capacidade de influenciar e inspirar.
- (C) O controle é o principal elemento de uma liderança eficaz.
- (D) A influência e a inspiração são complementares ao controle na liderança eficaz.
- (E) A liderança eficaz dispensa qualquer forma de controle e organização.

**4**

"A introdução apresenta o contexto, o desenvolvimento expõe os argumentos e a conclusão sintetiza as ideias principais." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) A introdução é destinada exclusivamente à apresentação de argumentos.
- (B) A estrutura mencionada reflete a organização típica de um texto dissertativo.
- (C) A conclusão de um texto deve conter todos os argumentos apresentados no desenvolvimento.
- (D) O desenvolvimento é a parte do texto que contém apenas exemplos ilustrativos.
- (E) A estrutura apresentada é específica de textos narrativos e descritivos.

**5**

"O discurso bem estruturado conecta ideias de maneira lógica e utiliza referências que dialogam com outros textos ou contextos." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) A coesão é suficiente para garantir a coerência de um texto.
- (B) A intertextualidade dispensa a necessidade de coesão e coerência no texto.
- (C) A coerência de um texto é alcançada exclusivamente pelo uso de conectores lógicos.
- (D) A coesão textual é definida pela inclusão de citações externas ao texto.
- (E) A intertextualidade ocorre quando o texto estabelece relações com outros textos ou contextos.

**6**

Para preparar o café, aqueça a água até quase ferver, adicione o pó e coe lentamente." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) O texto é predominantemente descritivo, pois detalha as características do café.
- (B) Trata-se de um texto narrativo, pois descreve uma sequência de eventos com personagens.
- (C) O texto apresenta características argumentativas, defendendo uma opinião sobre como preparar café.
- (D) O texto tem caráter injuntivo, pois orienta o leitor sobre como realizar uma ação.
- (E) Trata-se de um texto expositivo, que explica teorias sobre o preparo de café.

**7**

"A tarde caía lentamente, tingindo o horizonte de tons alaranjados, enquanto o vento sussurrava histórias esquecidas." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um texto não literário, pois apresenta informações objetivas sobre o pôr do sol.
- (B) O texto exemplifica um relato técnico, voltado à descrição de um fenômeno natural.
- (C) É um texto literário, pois utiliza linguagem figurada para criar um efeito estético.
- (D) O texto caracteriza-se como instrucional, pois orienta o leitor a observar o pôr do sol.
- (E) Trata-se de uma crônica jornalística, com ênfase na objetividade e clareza da informação.

**8**

"A leitura, fonte de conhecimento, amplia horizontes." Considerando o texto, é correto afirmar que:

- (A) O deslocamento de "fonte de conhecimento" para o início da frase preserva o sentido original, mas altera a clareza do texto.
- (B) A substituição de "fonte de conhecimento" por "que é uma fonte de conhecimento" mantém o sentido original da frase.
- (C) A exclusão da expressão "fonte de conhecimento" não altera o sentido geral da frase.
- (D) A frase é incorreta, pois o termo "amplia" exige complemento direto explícito.
- (E) O termo "horizontes" pode ser deslocado para o início da frase sem prejuízo para o sentido original.

**9**

O professor afirmou: "O estudo constante é a base para o sucesso." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) O texto utiliza o discurso direto, pois apresenta a fala do professor de forma literal.
- (B) O texto apresenta o discurso indireto, pois adapta a fala do professor ao narrador.
- (C) Trata-se de discurso indireto livre, pois há interferência do narrador na fala do professor.
- (D) A fala do professor é parafraseada, configurando um caso de discurso citado.
- (E) O discurso exemplifica um relato, sem utilização de discurso direto ou indireto.

**10**

"Compre já o novo smartphone com câmera de alta resolução e design inovador!" A principal função da linguagem predominante no texto é:

- (A) Metalinguística, pois reflete sobre o próprio código linguístico utilizado.
- (B) Referencial, por apresentar informações objetivas sobre o smartphone.

(C) Conativa ou apelativa, pois busca persuadir o receptor a realizar a compra.

(D) Emotiva, ao enfatizar as impressões pessoais sobre o produto anunciado.

(E) Fática, já que testa a funcionalidade do canal de comunicação com o receptor.

**11**

"Ao ligar o rádio, ouvi a mensagem: 'A previsão do tempo para hoje é de chuva intensa'." No texto apresentado, o elemento predominante na comunicação é:

- (A) O canal, pois o rádio é o meio que transporta a mensagem ao receptor.
- (B) O emissor, pois quem fornece a informação sobre a previsão do tempo é essencial.
- (C) A mensagem, pois o conteúdo transmitido é o foco principal do enunciado.
- (D) O código, já que a linguagem falada organiza e dá sentido ao enunciado.
- (E) O receptor, que interpreta e reage à mensagem recebida pelo rádio.

**12**

"O termo 'reencontro' revela uma ação repetida, com base na ideia de encontrar novamente algo ou alguém." Sobre o processo de formação da palavra "reencontro", é correto afirmar que:

- (A) É formada por composição, devido à junção de dois radicais independentes.
- (B) Trata-se de um exemplo de derivação imprópria, pois a classe gramatical foi alterada.
- (C) Resulta de composição por aglutinação, pois há alteração fonética nos elementos combinados.
- (D) É um caso de derivação prefixal, pela adição do prefixo "re-" ao radical "encontro".
- (E) Configura um caso de hibridismo, já que combina elementos de línguas diferentes.

**13**

"No cotidiano, é comum utilizarmos palavras abreviadas, como 'foto' em vez de 'fotografia'." Sobre o processo de formação da palavra "foto", é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um caso de abreviação, em que parte da palavra original é suprimida.
- (B) É formada por siglagem, pois condensa elementos iniciais das palavras que a originam.
- (C) Configura um caso de composição, pela união de dois radicais com alteração de significado.
- (D) Resulta de derivação imprópria, pois a classe gramatical foi alterada.
- (E) É um exemplo de truncamento, típico de expressões populares e informais.

**14**

"A adoção de palavras como 'delivery' no cotidiano demonstra o impacto da globalização na língua." Sobre o vocábulo "delivery", é correto afirmar que:

- (A) É um neologismo criado a partir da combinação de elementos de línguas distintas.
- (B) É um estrangeirismo, pois foi incorporado ao português mantendo sua grafia original.
- (C) Configura um arcaísmo, por ser um termo em desuso em seu idioma de origem.
- (D) Trata-se de um latinismo, já que deriva diretamente do latim.
- (E) É um exemplo de empréstimo linguístico adaptado ao português.

**15**

"O rápido crescimento da cidade trouxe novos desafios à administração pública." No trecho apresentado, a palavra "rápido" é classificada como:

- (A) Verbo, pois indica uma ação relacionada ao crescimento.
- (B) Substantivo, já que caracteriza o crescimento como uma entidade.
- (C) Advérbio, porque modifica o substantivo "crescimento".
- (D) Adjetivo, pois atribui uma qualidade ao substantivo "crescimento".
- (E) Preposição, devido à relação estabelecida com o termo "crescimento".

## Noções de Sustentabilidade

### Otoniel Linhares

**16**

O Art. 225 da Constituição Federal de 1988 dispõe que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à qualidade de vida e estabelece deveres tanto ao poder público quanto à coletividade. Sobre esse dispositivo, analise as afirmativas:

- I – É dever do poder público garantir a efetividade desse direito, promovendo a educação ambiental em todos os níveis de ensino.
- II – A coletividade tem o direito de explorar os recursos naturais, desde que em caráter exclusivo e permanente.
- III – O artigo prevê a criação de áreas protegidas como uma das formas de garantia do equilíbrio ambiental.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

**17**

O Relatório Brundtland define o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.



Sobre o tema e a imagem, assinale uma alternativa que reflete um exemplo prático desse conceito:

- (A) Substituir combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis para reduzir as emissões de gases do efeito estufa.
- (B) Promover o crescimento econômico sem considerar a preservação ambiental para atender demandas imediatas.
- (C) Expandir áreas urbanas sem planejamento, priorizando o desenvolvimento de curto prazo.
- (D) Incentivar o consumo de bens aplicados para movimentar a economia em períodos de recessão.
- (E) Priorizar o desmatamento em áreas de preservação ambiental para expansão agrícola.

**18**

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), promovida pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, busca fomentar a gestão sustentável nos órgãos públicos. A alternativa abaixo corresponde a uma prática alinhada aos princípios da A3P:

- (A) Utilização apenas de combustíveis fósseis na frota de veículos oficiais.
- (B) Implementar coleta seletiva e gestão de resíduos sólidos em prédios públicos.
- (C) Eliminar programas de capacitação em sustentabilidade para servidores públicos.
- (D) Priorizar a compra de materiais aplicados para economizar no curto prazo.
- (E) Incentivar o desperdício de água em áreas de uso público.



**19**

Sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010), é correto afirmar:

- (A) Proíbe a reciclagem de resíduos perigosos.
- (B) Exclui a obrigatoriedade de planos de gestão integrada de resíduos sólidos.
- (C) Determinar que somente o poder público é responsável pelo gerenciamento de resíduos sólidos.
- (D) Eliminar a necessidade de reversão de logística.
- (E) Incentivo à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

**20**

A Lei n. 9.605/1998 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Das situações abaixo caracteriza o crime ambiental segundo essa lei:

- (A) Uso controlado de agrotóxicos dentro das normas legais.
- (B) Construção de empreendimentos em áreas protegidas sem licença ambiental.
- (C) Manutenção de espécies exóticas em cativeiro com autorização do órgão ambiental.
- (D) Reciclagem de resíduos sólidos em área urbana.
- (E) Realização de educação ambiental em escolas públicas.

## Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

**Daniel Barbosa**

**21**

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é INCORRETO afirmar:

- (A) Ninguém será mantido em escravidão ou servidão.
- (B) Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.
- (C) Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento sigiloso no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- (D) Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
- (E) Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

**22**

De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar:

- I – Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
- II – Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns conexos com delitos políticos.

- III – Não se deve impor a pena de morte a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de dezesseis anos, ou maior de setenta, nem aplicá-la a mulher em estado de gravidez.

Estão corretos:

- (A) Apenas o item I.
- (B) Apenas o item II.
- (C) Apenas os itens I e II.
- (D) Apenas o item III.
- (E) Todos os itens.

**23**

De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, é correto afirmar:

- I – O direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.
- II – O acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde da população negra será de responsabilidade dos órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, da administração direta e indireta.
- III – O poder público garantirá que o segmento da população negra vinculado aos seguros privados de saúde seja tratado sem discriminação.

Estão corretos:

- (A) Apenas o item I.
- (B) Apenas o item II.
- (C) Apenas os itens I e II.
- (D) Apenas o item III.
- (E) Todos os itens.

**24**

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), é correto afirmar:

- (A) Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência até os 18 anos.
- (B) Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência não será considerada vulnerável.
- (C) A pessoa com deficiência poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica.
- (D) O consentimento da pessoa com deficiência em situação de curatela poderá ser suprido.
- (E) O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é dispensável para a realização de pesquisa científica.

**25**

De acordo com a Lei n. 10.048/2000 (prioridade de atendimento), terão atendimento prioritário:

- I – As pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos.
- II – As gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo.
- III – Os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue.

Estão corretos:

- (A) Apenas o item I.
- (B) Apenas o item II.
- (C) Apenas os itens I e II.
- (D) Apenas os itens II e III.
- (E) Todos os itens.

## Noções de Administração Pública

**Wesley Rodrigues**

**26**

No contexto da Administração Pública, a eficiência, a eficácia e a efetividade são conceitos que ajudam a avaliar o desempenho de serviços e projetos. A esse respeito, assinale a alternativa que corretamente relaciona esses termos:

- (A) Eficiência está vinculada ao alcance dos objetivos; eficácia ao uso racional dos recursos; efetividade à busca pela satisfação dos gestores.
- (B) Eficiência representa a relação entre recursos e resultados; efetividade diz respeito ao cumprimento de metas; eficácia abrange os impactos sociais de longo prazo.
- (C) Eficiência consiste em executar tarefas com menor custo possível; eficácia em atingir os resultados planejados; efetividade em gerar impactos positivos e duradouros na coletividade.
- (D) Eficiência e efetividade são sinônimos; ambos tratam do melhor emprego de recursos; eficácia significa descrever procedimentos operacionais.
- (E) Eficiência prioriza a satisfação dos usuários; eficácia atenta para a motivação dos servidores; efetividade concentra-se na redução de custos.

**27**

A opção entre centralização e descentralização na estrutura organizacional é decisiva para o funcionamento adequado da Administração Pública. Nesse sentido, assinale a alternativa correta acerca dessas formas de organização:

- (A) A descentralização concentra todas as decisões em um único nível hierárquico, tornando os processos mais ágeis.
- (B) A centralização favorece o empoderamento dos servidores de menor nível hierárquico, pois lhes delega maior autonomia decisória.
- (C) A descentralização pode melhorar a resposta às demandas locais, ao passo que a centralização tende a padronizar procedimentos e assegurar maior uniformidade.
- (D) Tanto na centralização quanto na descentralização não há qualquer influência no fluxo de comunicação interna.
- (E) Em estruturas centralizadas, há necessidade de maior delegação de poder e responsabilidade às pontas, facilitando a inovação.

**28**

As funções administrativas clássicas (planejamento, organização, direção e controle) compõem o ciclo gerencial básico. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa que melhor representa o papel integrado dessas funções no âmbito da Administração Pública:

- (A) Planejamento e controle são funções independentes, não havendo necessidade de alinhá-las com organização e direção.
- (B) Direção diz respeito apenas à fiscalização de procedimentos, sem foco na liderança e na motivação das equipes.
- (C) O planejamento define objetivos e estratégias; a organização distribui recursos e estrutura hierarquias; a direção mobiliza e lidera pessoas; e o controle avalia resultados, realimentando o processo.
- (D) A organização deve ocorrer após a fase de controle, para corrigir falhas identificadas.
- (E) O planejamento é dispensável quando há metas definidas pela Constituição Federal, bastando a execução direta das atividades.



**29**

A gestão de processos é uma estratégia essencial para melhorar o desempenho da Administração Pública. Considere as práticas a seguir:

- I – Mapeamento do processo para identificar as etapas e os fluxos de trabalho.
- II – Análise do processo, buscando gargalos e oportunidades de melhoria.
- III – Implantação de melhorias identificadas, acompanhada de monitoramento e avaliação contínua.
- IV – Descarte de novas tecnologias para preservar a estrutura organizacional vigente.

Assinale a alternativa que corretamente reúne as boas práticas de gestão de processos:

- (A) Apenas I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) Apenas III.

**30**

No que se refere à evolução dos modelos de Administração Pública e às reformas administrativas no Brasil, assinale a alternativa correta:

- (A) O modelo patrimonialista prevalece em países democráticos e se caracteriza pela total separação entre o público e o privado.
- (B) O modelo burocrático surgiu como solução para as disfunções do gerencialismo, impondo controles rígidos dos resultados.
- (C) O modelo gerencial mantém princípios da burocracia, como a impessoalidade, mas foca no controle de resultados, visando maior eficiência e satisfação do cidadão.
- (D) A Reforma de 1936, com a criação do DASP, institucionalizou práticas gerenciais típicas do setor privado, afastando qualquer resquício burocrático.
- (E) A Constituição Federal de 1988, ao flexibilizar regras de controle, é citada como uma das principais responsáveis pela consolidação gerencial no serviço público.

## Legislação Institucional

### Rafael de Oliveira

**31**

De acordo com a Lei Complementar n. 75/1993, no que diz respeito às funções institucionais do Ministério Público da União, é correto afirmar que:

- (A) Compete ao Ministério Público da União atuar exclusivamente na defesa dos direitos políticos e administrativos.
- (B) O Ministério Público da União não tem competência para atuar em defesa do patrimônio público e social.

- (C) A função de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais é atribuída ao Ministério Público da União.
- (D) As funções do Ministério Público da União restringem-se à atuação no âmbito penal, não abrangendo questões cíveis.
- (E) A atuação do Ministério Público da União é condicionada à solicitação prévia de outros órgãos públicos.

**32**

Sobre as disposições da Lei n. 13.316/2016, que trata das carreiras e remunerações no âmbito do Ministério Público da União, assinale a alternativa correta:

- (A) A lei prevê que a remuneração dos servidores do MPU será estabelecida exclusivamente por decreto presidencial.
- (B) A carreira dos servidores do MPU está organizada em classes e padrões, com critérios objetivos de progressão funcional.
- (C) Não há previsão na Lei n. 13.316/2016 sobre a possibilidade de realização de concursos públicos para o MPU.
- (D) A lei veda a acumulação de quaisquer gratificações ou adicionais ao vencimento básico dos servidores do MPU.
- (E) Os servidores do MPU não possuem plano de carreira definido por lei.

**33**

De acordo com o Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do MPU (Portaria PGR/MPU n. 98/2017), é vedado aos membros e servidores do MPU:

- (A) Recusar-se a cumprir ordens superiores, ainda que manifestamente ilegais.
- (B) Participar de atividades políticas, mesmo fora do horário de expediente.
- (C) Utilizar informações obtidas em razão de sua função para obtenção de vantagem pessoal ou de terceiros.
- (D) Declarar-se impedido de atuar em casos de conflito de interesses pessoais e profissionais.
- (E) Solicitar autorização para participar de cursos e treinamentos em horários que não interfiram na jornada de trabalho.

**34**

Sobre o Programa de Integridade do Ministério Público da União, instituído pela Portaria PGR/MPU n. 247/2023, é correto afirmar que:

- (A) O programa de integridade é um documento interno e sigiloso, de acesso restrito aos membros do MPU.
- (B) A Portaria estabelece que o Programa de Integridade é de caráter consultivo, não vinculativo.
- (C) A implementação do Programa de Integridade visa promover uma cultura organizacional baseada na ética, transparência e prevenção de irregularidades.
- (D) O Programa de Integridade restringe-se à fiscalização das atividades financeiras do MPU.
- (E) A Portaria estabelece que o programa é aplicado apenas às unidades administrativas e não às atividades-fim do MPU.

**35**

Considerando as disposições do Código de Ética e de Conduta do MPU (Portaria PGR/MPU n. 98/2017) e do Programa de Integridade do MPU (Portaria PGR/MPU n. 247/2023), é correto afirmar que:

- (A) O Código de Ética e o Programa de Integridade tratam de temas distintos e não possuem interseções práticas na atuação dos membros do MPU.
- (B) Ambos os normativos estabelecem diretrizes para a promoção de uma cultura ética e de conduta responsável no âmbito do MPU.
- (C) O Código de Ética regula exclusivamente a atuação dos membros do MPU, enquanto o Programa de Integridade abrange apenas os servidores.
- (D) O Programa de Integridade visa, prioritariamente, à punição de irregularidades já identificadas, enquanto o Código de Ética trata de diretrizes preventivas.
- (E) A Portaria n. 247/2023 extinguiu a aplicação do Código de Ética instituído pela Portaria n. 98/2017.

## Direito Administrativo

### Rafael de Oliveira

**36**

Sobre os princípios que regem o Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- (A) O princípio da eficiência aplica-se apenas à Administração Pública direta, excluindo autarquias e fundações públicas.
- (B) O princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam amplamente divulgados, sem exceções.
- (C) O princípio da legalidade estabelece que a Administração Pública pode atuar conforme a conveniência, mesmo sem base legal.

- (D) O princípio da moralidade impõe que os atos administrativos observem padrões éticos de conduta, ainda que não previstos em lei.
- (E) O princípio da continuidade do serviço público permite a interrupção de serviços essenciais por motivos políticos.

**37**

De acordo com a Lei n. 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) A Lei n. 14.133/2021 permite contratações diretas sem licitação, em qualquer circunstância.
- (B) A nova lei elimina completamente a possibilidade de aplicação das modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666/1993.
- (C) A licitação é dispensável, entre outras hipóteses, em casos de emergência que demandem contratação imediata para evitar prejuízo à sociedade.
- (D) O pregão eletrônico não é regulamentado pela Lei n. 14.133/2021, permanecendo regido por normas anteriores.
- (E) A Lei n. 14.133/2021 permite a realização de licitações exclusivamente com base no menor preço, sem considerar outros critérios.

**38**

Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- (A) O Estado responde civilmente por danos causados por seus agentes apenas se comprovada a intenção dolosa do agente público.
- (B) A responsabilidade do Estado é subjetiva em relação a danos causados por omissão na prestação de serviços públicos.
- (C) O regime jurídico de responsabilidade civil do Estado é regido pelo princípio da eficiência, excluindo o da proporcionalidade.
- (D) A responsabilidade objetiva do Estado alcança os atos praticados por concessionários de serviços públicos, no exercício de suas funções.
- (E) O Estado não pode ser responsabilizado civilmente por atos praticados por particulares em áreas de interesse público.

**39**

A Lei n. 13.655/2018, que introduziu alterações à LINDB, traz previsões relevantes sobre a criação e aplicação do Direito Público. Sobre o tema, é correto afirmar:

- (A) A LINDB veda expressamente a revisão de decisões administrativas com base em mudanças de interpretação jurídica.
- (B) A lei exige que sejam consideradas as consequências práticas da decisão administrativa ou judicial antes de sua aplicação.
- (C) As decisões administrativas são obrigatoriamente vinculadas ao entendimento majoritário dos tribunais superiores, sem exceções.
- (D) O agente público pode ser responsabilizado por sua interpretação da lei, mesmo que tenha agido de boa-fé.
- (E) A LINDB revogou integralmente os dispositivos relativos à segurança jurídica na atuação estatal.

## Direito Constitucional

### Weslei Machado

**40**

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a laicidade aplicável aos entes federativos, conforme prescrição contida nas disposições sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta:

- (A) A presença de símbolos religiosos em prédios públicos é inconstitucional sob qualquer circunstância, pois fere o princípio da laicidade estatal.
- (B) Símbolos religiosos podem ser exibidos em prédios públicos, desde que representem todas as religiões praticadas no Brasil para garantir a impessoalidade e a não discriminação.
- (C) É permitida a presença de símbolos religiosos em prédios públicos se tal prática refletir a tradição cultural da sociedade brasileira e não violar os princípios da impessoalidade, da laicidade estatal e da não discriminação.
- (D) Somente símbolos religiosos cristãos são permitidos em prédios públicos, pois representam a maioria da população brasileira.
- (E) A exibição de símbolos religiosos em prédios públicos é permitida apenas durante datas comemorativas específicas de cada religião.

**41**

O Estado de Alfa, diante de um movimento crescente contra o uso da "linguagem neutra" nas escolas, promulgou uma lei que proíbe a adoção dessa forma de expressão tanto na grade curricular quanto no material didático das instituições de ensino públicas e privadas, bem como em editais de concursos públicos realizados no estado. Com base na Constituição Federal e no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta sobre a constitucionalidade dessa lei estadual:

- (A) A lei do Estado de Alfa é constitucional, pois cada estado tem autonomia para decidir sobre métodos pedagógicos e linguísticos em seu território.
- (B) A lei do Estado de Alfa é inconstitucional, pois viola a competência legislativa privativa da União para estabelecer diretrizes e bases da educação nacional, impedindo a adoção de inovações pedagógicas.
- (C) A lei do Estado de Alfa é constitucional, uma vez que os estados podem legislar sobre educação sem restrições, inclusive sobre o uso de linguagem nas escolas.
- (D) A lei é inconstitucional somente se a Assembleia Legislativa do Estado de Alfa não tiver seguido o processo legislativo adequado para sua aprovação.
- (E) A lei do Estado de Alfa é constitucional, pois protege a integridade do idioma português, que é considerado um bem cultural imaterial sob tutela dos estados.

**42**

João, servidor público municipal, deseja desfilial-se da associação de servidores da qual é membro há cinco anos. Contudo, foi informado pela associação que, para efetivar sua desfiliação, ele precisaria quitar um débito referente a um empréstimo pessoal obtido por intermédio da associação, além de pagar uma multa por desfiliação precoce conforme previsto no estatuto da entidade. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as disposições constitucionais sobre liberdade de associação, analise a situação de João e assinale a opção correta.

- (A) A associação agiu corretamente, pois é legítimo exigir a quitação de débitos e o pagamento de multas como condição para desfiliação, garantindo assim a sustentabilidade financeira da entidade.
- (B) É inconstitucional exigir a quitação de débitos ou o pagamento de multas como condição para a desfiliação de uma associação, conforme entendimento do STF, garantindo assim a liberdade de associação.
- (C) João não pode desfilial-se enquanto não quitar o empréstimo obtido através da associação, mas a exigência de multa por desfiliação é inconstitucional e não deve ser cobrada.

- (D) A exigência de quitação de débitos antes da desfiliação é constitucional desde que o associado tenha se beneficiado de serviços da associação, mas a aplicação de multas é discricionária e depende do estatuto da associação.
- (E) João deve pagar apenas a multa por desfiliação precoce, pois a quitação de empréstimos não pode ser condição para deixar uma associação segundo o princípio da liberdade de associação.

**43**

Num município hipotético, após a eleição municipal, foi eleito como prefeito o cônjuge da atual presidente da Câmara de Vereadores. Diante dessa situação, um grupo de cidadãos preocupados com a governança e a fiscalização do executivo municipal argumenta que essa concomitância de mandatos entre parentes em cargos executivos e legislativos no mesmo município pode comprometer o equilíbrio e a fiscalização independente entre os poderes. Considerando o disposto na Constituição Federal sobre inelegibilidade por parentesco e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as seguintes afirmativas e marque a opção correta.

- (A) Não há impedimento constitucional para que cônjuges ocupem simultaneamente a chefia do Executivo e a presidência do Legislativo municipal, desde que a fiscalização do Executivo continue sendo exercida por todos os membros do Legislativo.
- (B) A concomitância de mandatos entre cônjuges, um no Executivo e outro no Legislativo, é expressamente proibida pela Constituição Federal, que busca evitar conflitos de interesse e garantir a independência entre os poderes.
- (C) A inelegibilidade por parentesco se aplica estritamente a casos de eleições, não podendo ser estendida para impedir o exercício concomitante de cargos por cônjuges ou familiares em qualquer circunstância.
- (D) O princípio da separação dos poderes implica automaticamente na inelegibilidade de cônjuges para cargos no Executivo e no Legislativo dentro da mesma unidade federativa, conforme previsão legal específica na legislação eleitoral brasileira.
- (E) O Supremo Tribunal Federal entende que apenas os parlamentares podem votar medidas que impeçam familiares de assumir simultaneamente cargos no Executivo e no Legislativo, qualquer ação contrária é considerada ativismo judicial e viola a separação dos poderes.

**44**

Em uma situação hipotética, um Deputado Federal que estava sendo processado por um crime ocorrido durante seu mandato na Câmara dos Deputados é novamente eleito, mas desta vez como Senador. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as disposições constitucionais sobre a competência criminal originária do Supremo Tribunal Federal, analise as seguintes afirmativas e indique a correta:

- (A) A competência do Supremo Tribunal Federal para julgar o parlamentar é automaticamente prorrogada, mesmo que ele mude de casa legislativa, pois o crime foi cometido durante o exercício de mandato federal.
- (B) O Supremo Tribunal Federal perde a competência para julgar o parlamentar uma vez que ele muda de casa legislativa, necessitando de nova análise jurídica para determinar a competência.
- (C) A prorrogação da competência do Supremo Tribunal Federal não é admitida legalmente, uma vez que cada casa legislativa possui competências investigativas próprias, independentemente dos mandatos anteriores do parlamentar.
- (D) A competência do Supremo Tribunal Federal para continuar julgando o caso depende exclusivamente de uma nova denúncia ser apresentada agora que o parlamentar ocupa um cargo no Senado.
- (E) É possível a prorrogação excepcional da competência criminal originária do Supremo Tribunal Federal para julgar o caso, considerando a continuidade do mandato federal em casa legislativa diversa da origem, sem interrupção entre os mandatos.

**Direito Civil****Carlos Elias****45**

Artur e Patrícia são casados, mas estão passando por uma crise. Eles decidem “dar um tempo” no relacionamento. Nesse caso, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Eles poderiam se separar judicialmente, porque, desse modo, ficaria mais fácil eles reatarem o casamento.
- (B) Eles poderiam se divorciar.
- (C) A separação de fato do casal faria cessar os efeitos do regime de bens.
- (D) O divórcio não modifica os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos, embora possa haver particularidades em razão do regime de guarda.
- (E) O divórcio pode ser concedido sem que haja prévia partilha de bens.

**46**

NÃO são medidas protetivas permitidas em favor da mulher vítima de violência doméstica e familiar:

- (A) Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- (B) Proibição de determinadas condutas, entre as quais o contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.
- (C) Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.
- (D) Prestação de alimentos definitivos.
- (E) Acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

**47**

Alfredo adquire um imóvel rural de 10 hectares. Após a compra, João contrata um agrimensor para conferir o tamanho da área e, para sua surpresa, identifica que, na verdade, a área do imóvel é menor daquela indicada no contrato. Nesse caso, o prazo para a restituição do valor pago a mais

- (A) pode ser interrompido em razão de qualquer ato inequívoco extrajudicial que importe em reconhecimento do direito pelo devedor.
- (B) é decadencial de um ano.
- (C) é decadencial, e, na inexistência de prazo específico, aplica-se, por analogia, o prazo geral de decadência de cinco anos referido no Código Civil.
- (D) é prescricional de cinco anos.
- (E) é prescricional, e, na inexistência de prazo específico, aplica-se o prazo geral de prescrição de dez anos referido no Código Civil.

**48**

Benício abandonou o lar e sua companheira, Bianca, no Recife – PE e foi para São Paulo – SP, deixando um imóvel urbano de 120 m<sup>2</sup>, adquirido onerosamente na constância da união estável, mas registrado no cartório de imóveis apenas no nome de Benício. Bianca não tinha outra propriedade imóvel e residiu no local ininterruptamente e sem oposição. Após três anos, Benício voltou ao Recife – PE com o propósito de retirar Bianca do imóvel. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) Bianca não terá direito ao imóvel, uma vez que o bem estava registrado apenas no nome de Benício.
- (B) Bianca terá direito à metade do imóvel caso comprove que contribuiu financeiramente para a sua aquisição na constância da união estável.
- (C) Benício, por ter abandonado o lar, não terá direito ao imóvel, porque Bianca usucapiu o bem.
- (D) Benício terá direito ao imóvel, porque, para Bianca usucapir o bem, ela teria de atender ao requisito temporal mínimo de cinco anos.
- (E) A residência do casal deverá ser partilhada na proporção de 50% para cada companheiro, tendo em vista que, em se tratando de união estável, aplica-se o regime de comunhão parcial de bens.

## Direito Processual Civil

### Cristiny Rocha

**49**

Carla ingressou com ação de reintegração de posse contra Antônio, alegando que o vizinho ocupou parcela da terra rural que lhe pertencia, o que lhe estava gerando diversos problemas visto que o local possui fonte de água para os seus animais. Após citado o demandado alegou que Carla não é a legítima proprietária das terras, visto que se trata de proprietária fiduciária. Ainda alegou que o juízo na qual a ação tramitava era incompetente, pois o imóvel se situa no município x, sendo que a ação foi ajuizada no município y.

Sobre os pressupostos processuais, competência no processo civil e possessórias, assinale a alternativa Certa:

- (A) Carla deveria ter ingressado com ação de manutenção de posse, ante a turbação, devendo o magistrado determinar a emenda à inicial.
- (B) A existência de juízo incompetente viola pressuposto processual objetivo de existência do processo.
- (C) A existência de juízo incompetente viola pressuposto processual objetivo de validade do processo.
- (D) Nesse caso a incompetência do juízo é relativa, pois trata-se de local onde a ação deveria ter sido ajuizada, devendo ser alegada em preliminar de contestação sob pena de preclusão.
- (E) Nesse caso a incompetência do juízo é absoluta.

**50**

Matheus é sócio administrador da empresa XLT Ltda., devedora de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) à sociedade GVD sociedade anônima, por conta de insumos entregues. Ocorre que, após fase cognitiva e sentença de procedência, não se encontra patrimônio suficiente para que o cumprimento de sentença seja exitoso, motivo pelo qual se requer a desconsideração da personalidade jurídica da empresa devedora. Citado o sócio administrador alegou que não houve abuso da personalidade jurídica que autorizasse o redirecionamento. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) Não se admite o redirecionamento ao sócio no momento do cumprimento de sentença, pois viola a ampla defesa, já que não participou da fase cognitiva como réu.
- (B) Nesse caso dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio e a pessoa jurídica.
- (C) Instaurado o incidente, o sócio será intimado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 dias.
- (D) O incidente será resolvido por decisão interlocutória da qual caberá recurso de agravo de instrumento.
- (E) O incidente será resolvido por decisão monocrática da qual caberá recurso de agravo interno.

**51**

Sobre ação rescisória, conforme as regras previstas no Código de Processo Civil em vigor e a jurisprudência, analise as afirmativas a seguir:

- I – O relator ordenará a citação do réu, designando-lhe prazo de 15 dias para, querendo, apresentar resposta, ao fim do qual, com ou sem contestação, observar-se-á, no que couber, o procedimento comum.
- II – Reconhecida a incompetência do tribunal para julgar a ação rescisória, o autor será intimado para emendar a petição inicial, a fim de adequar o objeto da ação rescisória, quando a decisão apontada como rescindenda tiver sido substituída por decisão posterior.
- III – Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, estão sujeitos à anulação.
- IV – Não cabe ação rescisória por ofensa à literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.

Estão corretas:

- (A) I e II.
- (B) II e III.

- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) Todas estão certas.

**52**

Sobre o processo de execução de obrigação de pagar quantia certa, conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) O exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, devendo comunicar o juízo em 15 dias dos atos concretizados.
- (B) O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 3 dias, contado da devolução do mandado aos autos.
- (C) A penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, e a penhora de veículos automotores, quando apresentada certidão que ateste a sua existência, serão realizadas por termo nos autos.
- (D) O executado pode, no prazo de 5 dias contados da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente.
- (E) Frustradas as tentativas de alienação do bem, será reaberta oportunidade para requerimento de adjudicação, mas não se levará a efeito nova avaliação.

## Direito Penal

### Douglas Vargas

**53**

Quanto ao crime de Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, é correto afirmar que:

- (A) Se da automutilação ou da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena do delito é aumentada.
- (B) Se o suicídio se consuma ou se da automutilação resulta morte, a pena é aumentada.
- (C) A pena é duplicada se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil.
- (D) Qualifica-se o delito se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.
- (E) A pena é aumentada até o triplo se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real.



**54**

Exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro, constitui crime de:

- (A) Concussão.
- (B) Extorsão simples.
- (C) Extorsão direta.
- (D) Extorsão indireta.
- (E) Exploração de vulnerável.

**55**

NÃO constitui crime contra a família:

- (A) A sonegação de estado de filiação.
- (B) O registro de nascimento inexistente.
- (C) A simulação de casamento.
- (D) O abandono material.
- (E) O rufianismo.

**56**

O crime de incêndio:

- (A) Não possui forma culposa por ausência de previsão no Código Penal.
- (B) Qualifica-se se a exposição a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem é realizada mediante explosão.
- (C) Qualifica-se se o incêndio é praticado em casa habitada.
- (D) Qualifica-se se o crime é praticado em lavoura, pastagem, mata ou floresta.
- (E) Admite modalidade com aumento de pena se o incêndio é praticado em edifício público.

## Direito Processual Penal

### Douglas Vargas

**57**

Toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa, verificar-se-á, segundo o CPP:

- (A) Competência por distribuição.
- (B) Competência pelo domicílio do réu.
- (C) Competência pelo domicílio da vítima.
- (D) Competência por prevenção.
- (E) Competência por continência.

**58**

Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

- (A) Maior de 70 anos.
- (B) Extremamente debilitado por motivo de qualquer doença.
- (C) Imprescindível aos cuidados gerais de pessoa menor de doze anos de idade.
- (D) Mulher com filho de até doze anos de idade completos.
- (E) Homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

**59**

Considerando-se o procedimento geral previsto para o rito do júri, o juiz, ao receber a denúncia ou a queixa, ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de:

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 30 dias.

**60**

Sobre o tema nulidades no processo penal, é correto afirmar que:

- (A) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.
- (B) As omissões da denúncia ou da queixa, da representação, ou, nos processos das contravenções penais, da portaria ou do auto de prisão em flagrante, poderão ser supridas a todo o tempo, antes da sentença de primeiro grau.
- (C) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes ou depois de o ato consumir-se, embora declare que o faz para o único fim de argui-la.
- (D) Os atos, cuja nulidade não tiver sido sanada, serão sempre renovados.
- (E) A nulidade de um ato, uma vez declarada, não causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

**Direito Ambiental****Renato Pulz****61**

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) foi instituído por lei federal, dispondo que os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. Sobre o assunto, marque a alternativa incorreta.

- (A) O SISNAMA foi instituído pela Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.
- (B) O órgão superior é a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.
- (C) O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA é órgão executor.
- (D) O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é um órgão consultivo e deliberativo.
- (E) As fundações instituídas pelo Poder Público também são responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, logo também constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente.

**62**

Em uma aula de Direito ambiental o professor explica sobre as atividades que dependem de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental. Os alunos começaram a listar os exemplos trazidos pela legislação. Marque um exemplo que não condiz com o texto da lei.

- (A) Ferrovias.
- (B) Oleodutos e gasodutos.
- (C) Qualquer tipo de linha de transmissão de energia elétrica.
- (D) Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento.
- (E) Aterros sanitários.

**63**

A Lei n. 11.284/2006 tratou de regulamentar a gestão e concessão das florestas públicas. Acerca do tema, assinale a alternativa correta conforme disposições da lei.

- (A) Constitui um dos princípios da gestão de florestas públicas o acesso restrito às informações referentes à gestão de florestas públicas.
- (B) A lei federal instituiu o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.
- (C) Produtos florestais são somente produtos madeireiros gerados pelo manejo florestal sustentável.
- (D) É permitida a outorga de exploração dos recursos minerais no âmbito da concessão florestal.
- (E) O prazo dos contratos de concessão exclusivos para exploração de serviços florestais será de, no mínimo, cinco e, no máximo, trinta anos.

**64**

É consenso da doutrina que estamos experimentando uma crise ambiental. Os desmatamentos, a caça e extinção de espécies, o aquecimento global e as mudanças climáticas, sugerem os cientistas, são resultado de ações antropogênicas. Fala-se em Antropoceno, o termo que descreve a época geológica atual, marcada pelo impacto da humanidade na Terra. Uma teoria científica que defende que os humanos alteram o planeta em maior escala do que qualquer outra força natural. Essa alteração é irreversível e está afetando a natureza. Logo, é necessária uma reflexão sobre nossas atitudes em relação ao meio ambiente e as consequências. Sobre uma ética ambiental, tão necessária nos tempos atuais, marque a alternativa que não corresponde ao tema.

- (A) Ao designar uma era de ‘antropoceno’ não se trata de uma homenagem “positiva”, como reconhecimento da sua virtude e harmonia na sua relação com as demais formas de vida e o sistema planetário como um todo (Gaia), mas justamente o contrário disso.
- (B) Desde que surgiu na história natural do Planeta Terra, há aproximados 200.000 anos, o Homo sapiens passou a maior parte desse tempo quase despercebido pela superfície planetária, pelo menos se considerado seu impacto numa escala global. Em mais de 90% desse período, ele transitou pelo globo terrestre como “caçadores e coletores”, cujo impacto resumia-se ao âmbito local onde se estabelecia. Somente 10.000 anos atrás, período que coincide com o surgimento da agricultura, o homem começa a domesticar a natureza. No entanto, as “pegadas” humanas mais significativas somente começaram a ser emplacadas a partir da Revolução Industrial, ou seja, no início do século XIX, com o uso progressivo de combustíveis fósseis, consumo de recursos naturais e aumento populacional exponencial.
- (C) A crise ecológica que vivenciamos hoje é resultado das “pegadas” deixadas pelo ser humano em sua passagem pela Terra. Não há margem para dúvidas a respeito de “quem” é o responsável pelo esgotamento e degradação dos recursos naturais e, conseqüentemente, pelo comprometimento da qualidade, da segurança e do equilíbrio ecológicos em escala planetária.
- (D) Precisamos de um “novo” parâmetro ético para as práticas humanas levadas a efeito pelo novel instrumental tecnológico desenvolvido, notadamente em vista da crise ecológica desencadeada pelo ser humano e seu crescente (e quase absoluto) poder de intervenção na (e destruição da) Natureza.
- (E) O pensamento Cartesiano, legado da idade moderna, foi importante contribuição para o reconhecimento do valor intrínseco do meio ambiente e o desenvolvimento de uma ética ambiental.

**Direito Penal Militar****Cícero Coimbra**

Para as questões 65 e 66, analise a seguinte situação hipotética e assinale a alternativa correta:

Um militar da Aeronáutica, da ativa, em uma missão no exterior, é preso em outro país, logo após o desembarque da aeronave militar que tripulava, com 30 quilos de cocaína e é processado e julgado no país da prisão, de acordo com a lei local.

**65**

No caso narrado na situação hipotética, o militar preso com a substância entorpecente:

- (A) Também poderá ser processado e julgado com a aplicação do Código Penal Militar brasileiro, pelo mesmo fato.
- (B) Será necessariamente absolvido no Brasil, pelo crime militar correlato.
- (C) Terá a persecução penal militar no Brasil obstada, arquivando-se eventual inquérito policial militar.
- (D) Terá a persecução penal militar no Brasil obstada, extinguindo-se eventual processo no Brasil, sem resolução de mérito.
- (E) Será processado e julgado no Brasil apenas se a sanção penal no país estrangeiro for restritiva de direitos.

**66**

Ainda com base na situação hipotética acima, caso haja a condenação no processo levado a efeito no país estrangeiro,

- (A) a pena aplicada no estrangeiro será sempre detraída (descontada) de eventual pena aplicada no Brasil, por condenação transitada em julgado em crime militar.
- (B) a pena aplicada no estrangeiro será sempre somada a eventual pena aplicada no Brasil, por condenação transitada em julgado em crime militar.
- (C) a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- (D) a pena aplicada no estrangeiro agravará eventual pena aplicada no Brasil.
- (E) a pena aplicada no estrangeiro majorará a pena aplicada no Brasil em dois terços.

**67**

Com base em normas do direito penal militar, avalie a assertiva e assinale a alternativa correta.

Porfírio, 1º Tenente da ativa do Exército Brasileiro, é processado por um crime militar, mas há a dúvida acerca de sua imputabilidade. Instaurado o incidente de insanidade mental, conclui-se por laudo lavrado por peritos nomeados pelo juízo, que Porfírio possui doença mental que não suprime, mas diminui consideravelmente a capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação. Neste caso:

- (A) Não haverá absolvição, mas a condenação à pena com a imposição de medida de segurança concomitantemente.
- (B) Não haverá absolvição, mas a condenação com a redução da pena em 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), sem prejuízo da possibilidade de substituição dessa pena por medida de segurança.
- (C) Não haverá absolvição, mas a condenação com a redução da pena em metade a 2/3 (dois terços), sem prejuízo da possibilidade de substituição dessa pena por medida de segurança.
- (D) Não haverá absolvição, mas a condenação com a redução da pena em 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), sem nenhuma possibilidade de imposição de medida de segurança.
- (E) Não haverá absolvição, mas a condenação com a redução da pena em metade a 2/3 (dois terços), sem possibilidade de substituição da pena por medida de segurança.

**68**

Julgue a assertiva, com base em normas do direito penal militar, e assinale a alternativa correta.

Thiago, civil que tripula uma embarcação, é preso em flagrante delito utilizando uma Caderneta de Inscrição e Registro (CIR), pretensamente expedida pela Marinha, mas que era falsa. Neste caso:

- (A) Thiago deve responder pelo crime militar de uso de documento falso, do art. 315 do Código Penal Militar, perante a Justiça Militar da União.
- (B) Thiago como civil, não responde por crime militar, devendo, por essa razão, ser processado e julgado da Justiça Comum.
- (C) Thiago deve responder pelo crime militar de uso de documento falso, do art. 315 do Código Penal Militar, mas será processado e julgado pelo Justiça Comum.
- (D) Thiago deve responder por crime comum de uso de documento falso, do art. 304 do Código Penal, perante a Justiça Federal.
- (E) Como não há o crime de uso de documento falso no Código Penal Militar, Thiago responderá por crime comum na Justiça Federal.

**Direito Processual Penal Militar****Cícero Coimbra****69**

Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

Nos casos concretos, se houver divergência entre as normas do Código de Processo Penal Militar e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário:

- (A) Prevalecerão as normas de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário.
- (B) Prevalecerão as normas do Código de Processo Penal Militar brasileiro.
- (C) Prevalecerão as normas mais benéficas ao indiciado ou acusado.
- (D) Prevalecerão as normas mais gravosas ao indiciado ou acusado.
- (E) Prevalecerão as normas mais recentes.

**70**

Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

As regras do Código de Processo Penal comum podem ser utilizadas no processo penal militar

- (A) em qualquer situação, não havendo condições restritivas.
- (B) na omissão da lei processual penal militar, desde que não fira a índole desse processo penal castrense.
- (C) apenas quando mais benéficas ao indiciado ou acusado.
- (D) apenas quando mais gravosas ao indiciado ou acusado.
- (E) sempre que o requerer o indiciado ou acusado.

**71**

Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

No processo penal militar, oferecida a denúncia,

- (A) o Ministério Público desistirá da ação penal quando verificar ser o caso de absolvição.
- (B) o Ministério Público Militar poderá desistir da ação penal militar quando achar conveniente.
- (C) o Ministério Público Militar poderá desistir da ação penal militar quando o réu assim o requerer.
- (D) o Ministério Público Militar não poderá desistir da ação penal militar, salvo em casos em que vislumbre extrema injustiça.
- (E) o Ministério Público Militar não poderá desistir da ação penal.

**72**

Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

Sempre que o Código de Processo Penal Militar se refere a “juiz” abrange, nesta denominação:

- (A) Quaisquer autoridades judiciárias, singulares ou colegiadas, no exercício das respectivas competências atributivas ou processuais.
- (B) Apenas as autoridades judiciárias singulares, no exercício das respectivas competências atributivas ou processuais.
- (C) Apenas as autoridades judiciárias colegiadas, no exercício das respectivas competências atributivas ou processuais.
- (D) Apenas os Ministros do Superior Tribunal Militar, no exercício das respectivas competências atributivas ou processuais.
- (E) Apenas as autoridades judiciárias, singulares ou colegiadas, e a autoridade de polícia judiciária militar. no exercício das respectivas competências atributivas ou processuais.

**Direito do Trabalho****Maria Rafaela****73**

A CLT prevê entre as formas de ruptura contratual a rescisão indireta. Assim, o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização EXCETO, para fins de configuração de rescisão indireta, quando:

- (A) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato.
- (B) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo.
- (C) não cumprir o empregador as obrigações do contrato.
- (D) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, em qualquer hipótese.
- (E) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

**74**

Em relação às possibilidades de extinção do contrato de trabalho, nos termos previstos na CLT, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O empregado poderá interromper a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.
- (B) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.
- (C) Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.
- (D) Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.
- (E) As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.

**75**

Em relação às diferenças e similitudes do contrato de trabalho individual determinado e indeterminado, observa-se que, nos termos da CLT, é CORRETO aduzir:

- (A) O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado.
- (B) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições independentemente do mútuo consentimento, mas desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
- (C) Considera-se alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
- (D) Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho,

a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de quarenta por cento.

- (E) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa afetará, excepcionalmente, os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

**76**

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, ou seja, em situação de interrupção de contrato,

- (A) até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica
- (B) até 2 (dois) dias consecutivos, em virtude de casamento;
- (C) por 2 (dois) dias consecutivos, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada;
- (D) até 2 (dois) dias consecutivos para realizar provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
- (E) até 2 (dois) na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.

## Direito Processual do Trabalho

**Maria Rafaela**

**77**

Com as alterações do novo CPC de 2015 e a Reforma Trabalhista de 2017, os temas relativos a prazos processuais foram alterados na sistemática do processo do trabalho. Sobre os prazos processuais no âmbito trabalhista, tendo em vista a jurisprudência consolidada do TST, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial será contado da segunda-feira imediata, inclusive, salvo se não houver expediente, caso em que fluirá no dia útil que se seguir.
- (B) Presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. O seu não-recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.
- (C) Quando não juntada a ata ao processo em 5 dias, contadas da audiência de julgamento (art. 851, § 2º, da CLT), o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença
- (D) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa desde que seja de mérito.
- (E) Não há prorrogação do prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expira em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense.

**78**

Acerca do tema de processo de homologação de acordo extrajudicial, assinale o incorreto:

- (A) O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.
- (B) As partes não poderão ser representadas por advogado comum.
- (C) Faculta-se ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria
- (D) No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.
- (E) O prazo prescricional voltará a fluir no mesmo dia ao do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo.

**79**

O TST possui entendimento firme sobre prova documental no processo do trabalho. E, com isso, na hipotética situação de que um advogado pretenda proceder com a juntada de documentos na fase recursal no âmbito trabalhista, assinale o que for correto:

- (A) Não é possível aludida juntada.
- (B) É possível referidas juntadas em qualquer situação.
- (C) A juntada de tais documentos só se justificam quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação.
- (D) O TST entende que só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença.
- (E) O advogado só pode juntar o documento se for o caso de fato posterior à sentença.

**80**

Daniel ajuizou demanda trabalhista contra seu empregador. Ele foi contratado em Fortaleza – CE e prestou serviços nesta cidade como inspetor de estruturas metálicas. A empresa tem sua sede em Ilhéus, na Bahia. Porém, ao ser demitido por justa causa, mudou-se para a cidade de sua mãe, Natal – Rio Grande do Norte, onde reside até o presente momento. Na cidade de Natal, ajuizou ação trabalhista, distribuída para a 1ª Vara do Trabalho de Natal (TRT 21), requerendo a reversão da dispensa por justa causa, com o pagamento de verbas rescisórias na modalidade de dispensa sem justa causa, indenização por dano moral, multas dos artigos 467 e 477 da CLT e algumas horas extras. O empregador invocou a exceção de incompetência relativa, no prazo legal, que, por sua vez, foi acolhida pelo juízo da 1ª VT de Natal que determinou a remessa dos autos para o TRT da 7ª Região (CEARÁ), a ser distribuída numa das Varas do Trabalho de Fortaleza – CE. Nesse caso, ao advogado de Daniel cabe proceder:

- (A) Aguardar a remessa dos autos para o TRT 7, pois não caberá, nesse caso, recurso algum por se tratar de decisão interlocutória e essa é irrecorrível na Justiça do Trabalho.
- (B) Apresentar o seu recurso ordinário ao TRT 21 – Rio Grande do Norte – para evitar a remessa dos autos e, ainda, reverter a decisão, declarando a competência de uma das Varas do Trabalho de Natal.
- (C) Apresentar um recurso de revista ao TST para julgar o conflito de competência dos dois tribunais no prazo de oito dias úteis.
- (D) Utilizar o Agravo de Instrumento no prazo de 15 dias úteis.
- (E) Aguardar a remessa dos autos para o TRT 7, argumentando ao seu cliente que as decisões interlocutórias, em regra, são recorríveis, mas, no caso em comento, não é uma das hipóteses de exceção.



## Discursiva

### Letícia Bastos

---

O Ministério Público desempenha um papel essencial na defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. No entanto, desafios como a sobrecarga de processos, a falta de estrutura e a necessidade de independência funcional ainda limitam a atuação plena desse órgão na garantia da justiça e da cidadania.

**Como você avalia o papel do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais e da ordem jurídica? Quais medidas poderiam ser adotadas para fortalecer sua atuação no Brasil?**

Diga o que pensa sobre o tema em um texto dissertativo-argumentativo, com extensão entre 20 e 30 linhas, utilizando linguagem culta e mantendo uma estruturação lógica.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



# ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



#### FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



#### TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



#### VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



#### TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



#### NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.




#### TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

#### Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora